

ANTÔNIO PALOCCI E O PÊNDULO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES: ENTRE A POLÍTICA E O MERCADO¹

Antônio Palocci and the pendulum the workers' party: between the politics and the market

Luis Guilherme Camfield **BARBOSA**
Departamento de Ciência Política
Universidade da Beira Interior, Covilhã, Portugal
luis.pol_camfield@yahoo.com
<https://orcid.org/0000-0003-0080-6816> 

Reginaldo Teixeira **PEREZ**
Departamento de Ciências Sociais
Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, Brasil
rtpp10@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5131-6433> 

Mais informações da obra no final do artigo ●

RESUMO

O principal propósito deste artigo é examinar como o Partido dos Trabalhadores manejou, retoricamente, com o mercado em 2002/2003, momento crucial de sua história, quando foi vencedor, pela primeira vez, de uma eleição presidencial no Brasil. Nos 36 anos de sua trajetória política sob exame (1980-2016), o partido cresceu, profissionalizou-se e logrou vencer eleições nos diversos níveis da federação – municipal, estadual e, por fim, federal. Pondo-se em relevo a hipótese de que, no decorrer de 2002 e início de 2003, o partido equilibrou capital eleitoral e moderação política, pretende-se testá-la examinando-se a Carta ao Povo Brasileiro e o Discurso de Posse do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado. Política. Partido dos Trabalhadores. Governo Lula.

ABSTRACT

The following paper aims to examine the way the Workers' Party (Partido dos Trabalhadores) rhetorically managed the Market in 2002/2003, a crucial moment of their history, when they succeeded for the first time in a presidential election in Brazil. Throughout the 36 years of the political trajectory under examination (1980-2016), the party has developed, became more professional, being successful in elections of many spheres in the country – in cities, states, and the federal government. Highlighting the hypothesis that throughout 2002 and the beginning of 2003 the party has balanced electoral capital and political temperance, it is intended to test it by going over the Carta ao Povo Brasileiro and the Inaugural Address of the former Ministry of Finance Antonio Palocci.

KEYWORDS: Market. Politics. Workers' Party. Lula Government.

¹ Este artigo tem origem em parte da dissertação de mestrado intitulada *Antônio Palocci e a retórica da ruptura: o mercado na linguagem do Partido dos Trabalhadores* (BARBOSA, 2015), defendida junto ao PPGCS/UFSC, em junho de 2015.

1 INTRODUÇÃO

Quando se observa a história brasileira recente, nota-se que, ao final do século XX, o país consolidou-se como nação capitalista e democrática. Ressalte-se que o aprofundamento do longo e contínuo processo de industrialização (que lança suas raízes nos anos de 1930 e 1940) lograria a modernização da planta produtiva nacional em, praticamente, sua totalidade no início da década de 1990. Contudo, frente às transformações na economia brasileira, surgiriam novas dinâmicas sociais. Oriundas do acentuado processo de industrialização – e de urbanização, que lhe acompanhou –, estas acabariam por influenciar os rumos sociais e políticos do país: das organizações do mundo do trabalho ao processo de redemocratização nos meados dos anos 1980.

Nesse quadro, a instituição do Partido dos Trabalhadores assume posições crescentemente relevantes no contexto político brasileiro desde a madrugada dos anos 1980. O ineditismo do partido remete à sua origem orgânica, ou seja, a partir de movimentos populares (destoando, dessa maneira, do histórico de formação das agremiações políticas brasileiras, gestadas, em regra, entre as elites nacionais). Originando-se da sinergia entre o *novo sindicalismo*, os agrupamentos de esquerda (incluindo aí algumas elites intelectuais), as Comunidades Eclesiais de Base e outros movimentos sociais reivindicativos, o Partido dos Trabalhadores é fundado em 1980 e transforma-se aos poucos em um dos agentes centrais do processo de retomada e consolidação da democracia brasileira durante as duas últimas décadas do século XX.

Desde a *(re)abertura*, ocorrida no decorrer da década de 1980, até o ano de 2003, o Partido dos Trabalhadores afirmar-se-ia como a principal agremiação política brasileira de oposição aos recorrentes governos civis. Ocupando o espectro ideológico à esquerda, o partido criaria uma imagem baseada na defesa da inclusão social e da ética na política. Contrário à agenda definida como neoliberal, teceria severas objeções às reformas econômicas empreendidas pelos governos Collor, Franco e Cardoso. O caminho para o Planalto, contudo, marcaria o partido através do abrandamento de posições historicamente defendidas, como a moratória da dívida externa brasileira e a contrariedade a políticas de austeridade.

Assim, sustenta-se no presente estudo a tese de que o Partido dos Trabalhadores alterou os seus procedimentos político-eleitorais em um sentido crescentemente pragmático. Em 36 anos de experiência política (1980-2016), o partido cresceu,



profissionalizou-se e logrou vencer eleições nos diversos níveis da federação – municipal, estadual e, por fim, federal, onde obteve quatro vitórias eleitorais continuadas para a Presidência da República. Pondo-se em relevo a hipótese de que, no decorrer de 2002 – ano da primeira vitória eleitoral à Presidência –, o partido equilibrou capital eleitoral e moderação política, analisar-se-ão a retórica empregada na Carta ao Povo Brasileiro (publicado em junho de 2002), bem como o Discurso de Posse do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci (proferido em janeiro de 2003). Nesses documentos, buscar-se-ão os elementos que subsidiam o questionamento específico aqui aventado: como é tratado o mercado nesse momento de inflexão? À tentativa de resposta, apresentam-se: na sequência desta introdução, retomar-se-á uma brevíssima história do partido, contemplar-se-ão a Carta ao Povo Brasileiro e o Discurso de Posse do ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci; e, por fim, tecer-se-ão alguns comentários (não) conclusivos.

2 UMA BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO

Primeiramente, cabe ressaltar o ineditismo do PT quando da sua criação. Esse *lugar-comum* entre alguns dos estudiosos da agremiação² se confirma em face de a regra ser, até então, a formação de partidos dirigidos pelas elites internas ao Estado (SOUZA, 1976). Assim, “em certa medida, as estruturas das maiores legendas do atual regime (à exceção do PT) ecoam uma longa tradição de organização dos partidos brasileiros” (RIBEIRO, 2010, p. 60). Daí a anomalia do PT:

Diferentemente de outros partidos políticos criados nos anos 80, o Partido dos Trabalhadores tinha uma base sólida no meio operário e nos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que levava a sério a questão da representação (tanto na sua organização interna quanto em relação às bases eleitorais) e formulava sua proposta em termos programáticos (KECK, 1991, p. 13).

Na quadra histórica em que a abertura promovida nos anos 1970 e 1980 se efetivou de cima para baixo e do Estado para fora, o PT se apresentou como um *ponto fora da curva*. Outra característica petista de relevância para o presente estudo é que o partido foi, em função de suas peculiaridades de origem, muito fortemente marcado por

² A respeito dos estudos clássicos sobre o PT, cabe citar: Meneguello (1989) e Keck (1991), como estudiosas das origens e da formação do PT, e Couto (1992), como um autor que analisa o partido como gestor a partir da administração Erundina em São Paulo. Autores contemporâneos que se debruçam sobre o assunto: Amaral (2003) e Ribeiro (2010). Assim, são considerados dois momentos de estudos sobre o partido: um primeiro sobre as origens, e um segundo sobre o PT no poder – Legislativo e Executivo (municipal, estadual e federal). A literatura sobre a agremiação é vasta, contudo não faz parte do escopo deste trabalho o seu exame exaustivo.

suas tendências. Essas clivagens internas que permearam a institucionalização do PT e a sua consolidação como organização transformaram-no em uma espécie de *minissistema político*, com diferenciados grupos de interesses, lideranças e mecanismos de mando e pressão política. Refuta-se, por conseguinte, a visão do partido como um corpo monolítico.

O PT é produto de uma ampla gama de atores da sociedade civil: sindicatos, movimentos sociais rurais e urbanos, organizações católicas, além da esquerda organizada e de parte da *intelligentsia* nacional. A novidade consiste na fundação de um partido desvinculado dos aparatos estatais; uma agremiação criada de fora para dentro do aparelho estatal. Com o vigoroso crescimento eleitoral ao longo de 25 anos, a militância petista obteve crescente acesso às esferas estatais, tanto executivas quanto legislativas. Da mesma forma, o crescimento eleitoral e a formatação de um novo arcabouço legal (com a Lei 9.096/95) constituíram as condições para autênticas revoluções nas finanças do PT, nos seus canais de comunicação interna e no estilo de suas campanhas eleitorais. Essas revoluções foram dirigidas pelas estratégias da coalizão dominante formada em 1995, o Campo Majoritário (RIBEIRO, 2010, p. 95).

Impossível a compreensão da vitalidade do Partido dos Trabalhadores sem se considerar o momento em que o fenômeno aconteceu; em especial, sem se atentar para as transformações socioeconômicas e políticas experimentadas pelo país durante os anos 1970. Com o golpe civil-militar de 1964, o multipartidarismo deu lugar ao bipartidarismo praticado por ARENA e MDB³, através do Ato Institucional nº 2 (1965). Instituídos forçadamente, ambos os partidos tiveram de acolher no seu interior as diversas correntes políticas nacionais que se pretendiam manter na legalidade durante o regime discricionário. Todavia, ao ser posta à prova durante os anos que compuseram a primeira metade do regime, a estratégia de manutenção da estabilidade política levada adiante pelos militares com o bipartidarismo acusou indícios de ineficiência (ALVES, 1985; SKIDMORE, 1988).

O momento de inflexão se deu com as eleições legislativas de 1974, no governo Geisel (1974-1978). Sucessor de Médici na Presidência da República e membro dos chamados *castelistas*, o general-presidente daria início ao processo de “distensão”

³ “Convém lembrar que o sistema pluripartidário de 1945 não foi extinto, imediatamente pelas forças que empolgaram o poder em abril de 1964. Embora se proclamando ‘revolucionário’, o novo regime manteve em vigor a legislação eleitoral e partidária então vigente, e a própria Constituição de 1946 modificada, evidentemente, no que conflitasse com o Ato Institucional editado pelo chamado Comando Supremo da Revolução. Continuaram, pois, em atividade os 13 partidos então existentes, dois dos quais, a UDN e o PSD, já haviam inclusive escolhido os seus candidatos à eleição presidencial programada para outubro de 1965 (Carlos Lacerda e Juscelino Kubistchek, respectivamente)” (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 63).

(LAMOUNIER *apud* ROUQUIÉ; LAMOUNIER; SCHVARZER, 1985, p. 104-140). Com resultados expressivos nas urnas, tanto no Congresso Nacional quanto nas Assembleias Legislativas, o MDB começaria a aumentar o seu peso eleitoral a partir daquele ano:

Mesmo no auge do “milagre”, as vitórias eleitorais da ARENA não puderam prescindir de pesadas doses de coerção, sob a forma de constrangimentos legais que limitavam a propaganda eleitoral ou, mais diretamente, pelo cerceamento de candidaturas ou pela cassação de mandatos e suspensões de direitos políticos. [...] O ponto de inflexão nesse processo foi, como é sabido, a eleição de 1974, já no bojo da política de abertura gradual implantada pelo presidente Ernesto Geisel (1974–1978). Nesse ano, embora não conseguisse ainda derrotar a ARENA na votação para a Câmara Federal, o MDB aumenta sua representação de 28% para 44%. Torna-se, além disso, o foco de uma manifestação contundente, claramente plebiscitária, na votação para o Senado, elegendo 16 das 22 cadeiras em disputa (renovação de 1/3 da representação, que era então composta por 66 cadeiras). Este é, sem dúvida, o acontecimento decisivo da abertura no plano político-eleitoral, pois é a partir dele que se viabiliza definitivamente o crescimento de uma oposição pacífica, que conta, a partir daí, com um potencial nada desprezível de implantação organizacional, inclusive nos pequenos municípios (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986, p. 69).

Com efeito, a partir de 1974 a oposição ganharia força no ambiente político nacional, voltando-se para assuntos (1) de natureza ético-política, tais como as liberdades e os direitos individuais, e (2) de natureza econômica. Os primeiros sinais de agravamento da crise energética internacional já eram salientes e o MDB insistia nas denúncias sobre *entreguismo* a agentes financeiros internacionais. Impelidas pela exclusão social do modelo de crescimento adotado no período⁴, as forças políticas contrárias ao regime pouco a pouco começariam a se articular e, não menos importante, ganhavam a opinião pública.

Assim sendo, com a falência do modelo bipartidário como ferramenta de manutenção do poder, traduzida nos crescentes resultados eleitorais positivos obtidos pela oposição, os militares passam a optar pela estratégia reversa: a abertura política e a volta ao pluripartidarismo teriam como objetivo a fragmentação das forças contrárias ao regime e ao seu conseqüente enfraquecimento. A peça fundamental dessa estratégia *lenta e gradual* seria a Reforma Partidária de 1979, que dissolveria o sistema bipartidário

⁴ Como pano de fundo dessas transformações políticas, a ascendência dos economistas heterodoxos e a adoção da agenda desenvolvimentista tornaram-se evidentes. É da conjuntura do período retratado a progressiva industrialização da planta produtiva nacional. Em especial, a região do ABCD paulista congregava no seu entorno as indústrias de ponta que aqui se instalaram (principalmente as do setor automotivo). Contudo as políticas de austeridade do período Castelo Branco, levadas em frente pela dupla Campos-Bulhões, vieram a gerar dramas de ordem social que acabariam por repercutir quase uma década depois, inobstante o *milagre econômico* dos primeiros anos da década de 1970.

vigente desde 1965 e abriria espaço institucional para a criação de novas agremiações políticas. Somadas a essas dinâmicas institucionais, as transformações sociais e econômicas vividas no período acabariam por abrir espaço ao surgimento de novas lideranças populares e movimentos sociais ligados aos mais diversos grupos reivindicativos. Desse *caldo político* surgiria o PT.

Considerando-se o caráter do crescimento econômico na década de 1970 e da profusão industrial, especialmente na região do ABCD paulista, amplifica-se o fenômeno da urbanização na região Sudeste – bem como no entorno das cidades médias e grandes. Em decorrência, decaiu a qualidade de vida das massas assalariadas. Nesse cenário, formou-se o que ficou conhecido como o *novo sindicalismo*.

Foi ali [ABCD paulista] que surgiu a partir de 1973, a chamada “corrente autêntica” do sindicalismo, com exigências até então inéditas para o sindicalismo oficial: modernização da legislação trabalhista, negociação coletiva direta entre empresas e sindicatos e a autonomia sindical. Com essa pauta, o *novo sindicalismo* passou a ganhar cada vez maior espaço no interior do movimento. As greves maciças de 1978-79 construíram o ponto de inflexão no alargamento da pauta reivindicatória: das questões trabalhistas, passou-se a demandas eminentemente políticas, como a redemocratização, o fim da repressão e a liberdade de greve. *Pari passu* à expansão da agenda, à aquisição de espaço na mídia nacional (principalmente por Lula) e à obtenção de apoio público de estudantes, intelectuais, políticos e sindicalistas de outros estados, esse novo sindicalismo atraiu categorias assalariadas de classe média, como professores, médicos, bancários e funcionários públicos (RIBEIRO, 2010, p. 63).

As greves de 1978 e 1979 ficariam marcadas na história do PT como o momento de definição das forças sindicais à formação de um novo partido político organizado por elas mesmas. A notoriedade que o movimento grevista alcançou nos meios de comunicação mostrou aos trabalhadores organizados, bem como à sociedade, a sua força política. Capitaneadas por Lula, as lideranças sindicais se aperceberam que, se o sistema repressivo do regime e o Ministério do Trabalho interviessem constantemente a favor dos patrões, somente a greve não seria suficiente como instrumento político. “Já que a resposta do governo transformaria automaticamente uma greve industrial em greve política” (KECK, 1991, p. 83), o movimento dos trabalhadores deveria gerar um agente político: o Partido dos Trabalhadores.

O novo sindicalismo e a sua conduta política consolidaram-se no Partido dos Trabalhadores, em boa medida, por duas razões: 1) ampliação e reestruturação das relações trabalhistas, advindas das transformações sociais e econômicas da década de 1970; 2) redemocratização da vida política brasileira durante o período. Como reflexo da

intervenção do Estado na rotina das relações sociais, adveio a incorporação por parte do novo sindicalismo de demandas não somente trabalhistas, mas também reclames de ordem econômica (de uma forma geral), social e política.

Dessa maneira, além do movimento sindical, as transformações políticas e sociais propiciaram o surgimento de diversos movimentos sociais urbanos que viriam a compor também a base de sustentação do PT em seus primeiros anos: movimentos feministas, ambientalistas, de minorias sexuais e também movimentos reivindicatórios de direitos sociais como habitação, saneamento, saúde, educação etc. Além desses, grupos da esquerda organizada também comporiam uma fatia importante no processo de formação do PT. Advindos de grupos em sua maioria clandestinos nas décadas de 1960 e 1970, eles desempenhariam um papel importante na organização do partido em sua fase inicial. Conjuntamente, os grupos católicos ligados às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tiveram um peso relevante na formação do partido, dada a sua capilaridade junto às populações de baixa renda nas zonas urbanas (Pastorais Operárias) e rurais (Pastorais da Terra). Assim, ao somar em seu discurso o elemento ético-político da luta pela cidadania – dos direitos sociais e políticos –, o novo sindicalismo passou a aglutinar em torno de si diversos movimentos sociais. Foi justamente o acúmulo de vozes que caracterizou a transposição do novo sindicalismo como um movimento puramente trabalhista para o terreno político-partidário. A esse respeito, dois analistas constataam:

O PT estava no polo de recepção de um rol de lavanderia onde se expressavam as preocupações de toda uma série variada de grupos que não se integravam organicamente em nenhuma forma coerente de prática partidária. O cimento que agregou todos esses elementos, na medida em que alguma coisa foi capaz de fazê-lo, foi sua condição de exclusão da agenda política no Brasil (KECK, 1991, p. 27).

Em vez do processo tradicional no Brasil de fundação do partido pelas elites políticas e econômicas, o PT fora criado de baixo para cima, por setores que desejavam se inserir no plano político-institucional. Criado externamente ao Congresso, desvinculado das esferas estatais, com fortes vínculos com a sociedade organizada, com uma base de massa e um claro projeto de esquerda: características destoantes em relação ao padrão da política brasileira (RIBEIRO, 2010, p. 65).

A ideia de criação de um *partido dos trabalhadores* foi lançada ao grande público, pela primeira vez, na forma de resolução durante o Encontro de Metalúrgicos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, em 1979. Todavia, a proliferação de indivíduos e grupos que pretendiam falar em nome do PT, “especialmente a esquerda organizada, pode ter

convencido os sindicalistas envolvidos na sua articulação de que, para manter sob controle o processo, o partido teria de ser oficialmente lançado” (KECK, 1991, p. 89). Sendo assim, o Partido dos Trabalhadores seria fundado no dia 10 de fevereiro de 1980, em reunião no Colégio Sion, em São Paulo.

Ao longo dos anos subsequentes, entre a fundação do partido e a sua primeira participação em uma corrida eleitoral majoritária à Presidência da República, em 1989, o PT trataria de tornar-se um *player* político de dimensões nacionais. Sua participação nas eleições legislativas e executivas (para os estados e municípios da federação) moldariam as características de atuação política do PT. Ademais, a participação da agremiação nos movimentos reivindicativos, a exemplo do movimento das *Diretas Já*, nos anos de 1983 e 1984, consolidaria o neófito Partido dos Trabalhadores como uma força de oposição respeitável ao já agonizante regime militar.

No próximo subitem, discutir-se-á a fundação do Campo Majoritário – tendência que se mostraria dominante no partido a partir de 1995 – e a sua importância para o abrandamento do discurso político do Partido dos Trabalhadores no curso da década de 1990 e início dos anos 2000.

3 A FUNDAÇÃO DO CAMPO MAJORITÁRIO

A eleição de Fernando Collor de Mello à Presidência da República em 1989, e a posterior impugnação de seu mandato em 1992, marcaram os primeiros anos da nova democracia brasileira. A candidatura de Collor soube utilizar-se do esgotamento do modelo intervencionista e da decorrente crise econômica do final dos anos 1980 para lançá-lo como um *outsider* com ânimo para renovar a política brasileira. Elegendo como alvos o atraso tecnológico e a (suposta) dilatada burocracia estatal – personificada na figura do *marajá* –, Collor encontrou a fórmula do sucesso naquelas eleições. Contudo a ascensão do Partido dos Trabalhadores é outro fato marcante na corrida eleitoral de 1989 – o primeiro pleito direto para o cargo de presidente da República desde o ano de 1960. A chegada de Lula ao segundo turno daquela eleição e o confronto direto entre os programas do PT e de Collor deram à derrota por 6% dos votos válidos um sabor de afirmação para o partido:

Muitas são as explicações sobre os fatores que contribuíram para a vitória de Collor, e a consequente derrota de Lula, nas eleições de 1989 [...]. No entanto, pode-se afirmar que foi justamente neste pleito

que o PT passou a ocupar um papel central entre as forças de esquerda no Brasil, posição esta que se consolidaria nos anos 90, como mostram os resultados obtidos pelo partido nesta década no Congresso Nacional e nos executivos estaduais (AMARAL, 2003, p. 72).

Os pequenos 6% que faltaram para eleger um antigo metalúrgico, sindicalista e fundador do Partido dos Trabalhadores ao cargo máximo da República, nas primeiras eleições presidenciais diretas que ocorriam em três décadas no país, indicava que algo, de fato, devia ter mudado no Brasil. O PT era tanto um reflexo quanto uma causa dessa mudança (KECK, 1991, p. 15).

Com a saída de Collor, a vaga presidencial foi ocupada por Itamar Franco. Ex-senador por Minas Gerais e detentor de um perfil moderado, Itamar assumiria a Presidência da República em meio a uma profunda crise inflacionária, diante da qual a imagem da renascida democracia pouco a pouco se esvanecia frente ao abalo econômico e social vivenciado pelo país desde os meados dos anos 1980. Entretanto a popularidade do Plano Real e a consequente vitória de Fernando Henrique Cardoso (como fiador da estabilidade econômica) no pleito eleitoral de 1994 levaram o PT a uma crise de legitimidade intrapartidária (RIBEIRO, 2010, p. 207).

Todavia, com as experiências eleitorais, administrativas e legislativas, o PT ia pouco a pouco se afirmando como organização política. A experiência da gestão Luiza Erundina frente à prefeitura da cidade de São Paulo marcaria a etapa histórica do PT em sua fase governativa (COUTO, 1995). Sobre o crescimento político do Partido dos Trabalhadores durante o período referido, um analista apontaria:

À medida que o partido se consolidava como alternativa real de poder, os grupos mais próximos às esferas governativas (executivas e legislativas) defendiam com desenvoltura crescente a ampliação das alianças rumo ao centro, a moderação do discurso, a ênfase no “modo petista de governar” etc. [...] tratava-se da tradicional dicotomia entre as atuações institucional e societária, ou entre *partido-ator institucional* e *partido-movimento*, duas visões em confronto no interior do PT principalmente na primeira metade da década de 1980. Enquanto as alas mais moderadas enxergavam a possibilidade de conciliação, as esquerdas tendiam a enfatizar a oposição excludente entre as duas perspectivas. Para a própria elite da Articulação [posteriormente, Campo Majoritário], esse confronto refletia uma “crise de crescimento”, resultante da maior inserção do PT na institucionalidade (RIBEIRO, 2010, p. 199).

As disputas entre as diferentes tendências do partido acabariam por desaguar no 10º Encontro Nacional do PT, que ocorreu no mês de agosto de 1995. Caracterizado por uma forte polarização entre a ala moderada, representada pela Articulação e pela



Democracia Radical, que opunha a sua visão mais centrista diante da proposta da ala mais à esquerda defendida pela Articulação de Esquerda, e a Democracia Socialista, o 10º EN acabaria por se tornar um marco organizacional do partido.

Premido pelas forças centrífugas que envolviam a forte disputa entre as tendências, naquele ano o partido enfrentou riscos de ruptura. Na escolha da tese-guia, a proposta da Articulação venceu por dois votos a tese *Uma opção de esquerda*, defendida pela chapa formada pelas tendências Articulação de Esquerda e Democracia Socialista. Em adição, com a recusa de Lula em disputar a presidência pelo partido, a polarização ganharia um novo fôlego: os moderados seriam representados pela candidatura de José Dirceu, e a esquerda do partido reuniu-se em torno da candidatura de Hamilton Pereira. Com a vitória da coalizão entre a Articulação e a Democracia Radical, os moderados assumiriam o mando partidário, selando a aliança que posteriormente seria conhecida como o *Campo Majoritário*.

A parlamentarização do PT configurou-se mais decididamente após o 5º EN, ainda no ano de 1987. Após essa data, cerca de 40% da Comissão Executiva Nacional (CEN) do partido seria composta por parlamentares, mandatários ou ex-mandatários (patamar esse que se repetiria como uma constante nos anos subsequentes até o término do primeiro mandato do ex-presidente Lula). Nota-se, dessa maneira, que a parlamentarização da CEN se deu conjuntamente à expansão eleitoral do PT. Dessa maneira, observa-se que, *pari passu* ao fortalecimento da ala moderada do partido – traduzida na vitória do Campo Majoritário no 10º EN em 1995 –, a sua crescente parlamentarização compôs uma nova fase: a profissionalização do Partido dos Trabalhadores no jogo democrático competitivo. Conforme Ribeiro (2010), a lei de ferro das oligarquias, formulada por Michels (1982), assumiu no PT contornos peculiares. Tratou-se muito mais de uma *oligarquização cirúrgica* de algumas instâncias internas do partido do que uma *oligarquização total*. Relembrando Panebianco (1990), essa oligarquização se efetivou durante o período de maior coesão interna da tendência dominante, a saber, entre 1995 e 2005.

Se as estratégias do Campo Majoritário reforçaram a tendência de parlamentarização, e conduziram o PT à oligarquização, é inegável que elas conferiram governabilidade e capacidade de ação unitária à direção partidária. Essas competências foram requisitos fundamentais para que o grupo pudesse revolucionar as feições organizativas do PT a partir da segunda metade da década de 1990 (RIBEIRO, 2010, p. 235).



No entanto o fortalecimento da direção do partido teve como preço a diminuição da democracia interna da agremiação. Com a maior autonomia diretiva, o Campo Majoritário pôde lidar com um maior espaço de manobra dentro de um partido relativamente domesticado e coeso. Escolhia-se, dessa maneira, a eficácia eleitoral como vetor da estratégia partidária. O objetivo era eleger Lula com condições mínimas de governar – com todos os aspectos políticos que o modelo presidencial de coalizão parece exigir. Nesse sentido, postula-se que o processo de arrefecimento da linguagem petista (sentido principalmente no desenrolar da campanha presidencial de 2002), somado ao acúmulo progressivo de capital eleitoral ao longo da década de 1990, deve-se à vitória dos moderados no 10º Encontro Nacional em 1995 e a consolidação do Campo Majoritário como tendência hegemônica no interior do Partido dos Trabalhadores.

4 CARTA AO POVO BRASILEIRO

Delfim Netto, deputado federal por duas décadas e o mais poderoso ministro da economia brasileira de todos os tempos, apelidou a *Carta ao Povo Brasileiro* de *Carta de Ribeirão Preto*, numa gentileza comigo. Mas, sem saber, ele acertou (PALOCCI FILHO, 2007, p. 25).

Meses antes do lançamento oficial da campanha presidencial de 2002, Lula e equipe já podiam verificar – pela fragilidade da economia naquele período e pelas incertezas políticas – os sinais da crise que se avizinhava. As dúvidas que alimentavam a instabilidade eram os rumos da política econômica após as eleições presidenciais daquele ano. Nesse contexto, conforme relatado no livro de memórias *Sobre formigas e cigarras* (PALOCCI FILHO, 2007), Antônio Palocci e Lula debatiam as implicações da candidatura petista para o quadro crítico que se insinuava⁵. Segundo o relato, Lula optaria por uma reunião com seus colaboradores mais próximos para avaliar a situação. O encontro se deu na cidade de Ribeirão Preto. Estiveram presentes, além de Lula e Palocci, José Dirceu, Aloizio Mercadante, José Genoíno, Zeca do PT e o economista e futuro ministro da Fazenda Guido Mantega.

⁵ Ainda sobre a crise econômica de 2002 e as operações de bastidores empreendidas por Palocci: “Os primeiros sinais dando conta da chegada, a princípio de mansinho, da crise econômica de 2002 me levaram a iniciar sondagens, em meados daquele ano, na equipe do presidente Fernando Henrique Cardoso. Depois, quando a crise se instalou para valer, ameaçando jogar tudo pelos ares, foi o próprio presidente que, a poucos meses do fim de seu mandato, tomou a iniciativa de propor o diálogo com os partidos de oposição. Para obter a ajuda internacional indispensável para tentar evitar o caos, seria preciso recorrer ao Fundo Monetário Internacional. Em situações como aquela, de absoluta indefinição política em função do cenário eleitoral nebuloso, o organismo tinha por regra conhecer as posições dos principais candidatos a presidente para, só depois, decidir se liberaria o empréstimo” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 51).

Com o consenso a respeito da crise econômica e política que ganhava vulto a partir da corrida eleitoral, o grupo debatia acerca de duas possíveis soluções: a antecipação dos nomes que ocupariam os ministérios econômicos ou o lançamento precoce do programa de governo da candidatura Lula – tendo ambos os expedientes a intenção de acalmar o mercado. Uma terceira opção, surgida na reunião, seria divulgar apenas parte do programa de governo: em específico, o conteúdo econômico do programa. Desconsiderada a divulgação dos nomes do futuro ministério e do programa completo de governo meses antes do início da campanha, o conselho decidiu por uma manifestação oficial de Lula em forma de documento. O objetivo era a diminuição das infrequências observadas no mercado.

Descartada a hipótese de antecipar o programa de governo, como eu mesmo sugerira, em função da incompatibilidade de datas, propus que fossem, ao menos, divulgadas as ideias centrais da política econômica de um governo petista. Em vez do programa inteiro, seria um manifesto de Lula à Nação. Aprovada a ideia do documento, foram definidos ali mesmo os itens que deveriam compor o manifesto: cumprimento de contratos, compromisso fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante (PALOCCI FILHO, 2007, p. 28).

Após o encontro em Ribeirão Preto, Palocci reunir-se-ia com Glauco Arbix (professor do Departamento de Sociologia da USP), Edmundo Oliveira (jornalista e editor de economia do jornal *O Estado de São Paulo*), Luis Favre (secretário de Relações Internacionais do PT) e Luiz Gushiken (à época, um dos coordenadores de campanha de Lula) para a formulação do documento. Posteriormente, juntar-se-iam ao grupo André Singer e Luiz Dulci, secretário-geral do PT. A divulgação de sua versão final aconteceria após a aprovação de Lula, no dia 22 de junho de 2002, em um seminário promovido pelo partido, que tinha como objetivo debater o programa de governo petista a ser adotado nas eleições daquele ano⁶.

⁶ Sobre as repercussões da divulgação da *Carta*, o ex-ministro Palocci anotaria em suas memórias: “Após a edição da *Carta ao Povo Brasileiro*, o próprio debate econômico no país começou a fluir com maior tranquilidade. Os receios sobre a futura política econômica foram, aos poucos, se dissipando. Alguns setores do PT e da própria sociedade criticaram duramente a *Carta*, classificando-a como uma exagerada concessão aos mercados. Foi necessário um trabalho posterior para explicar, repetidas vezes e com muita paciência, que se tratava somente de um conjunto de compromissos recomendados pelo bom senso político e econômico, e que os instrumentos de intervenção econômica eram os mesmos empregados nas melhores economias do mundo. Afinal, manter o equilíbrio fiscal e o câmbio flutuante, cumprir os contratos e controlar a inflação constituem tão somente compromissos normais de qualquer governo sério que não deseja buscar na aventura fácil do *populismo* as saídas para enfrentar suas dificuldades de natureza econômica. [...] Hoje, passados anos de seu lançamento, já não resta dúvida sobre o papel tranquilizador que a *Carta ao Povo Brasileiro* desempenhou e como ela ajudou a devolver a serenidade à economia brasileira em um momento tão crítico da vida nacional” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 36-37, grifo do autor).

A partir do exame da *Carta*, salta os olhos a frequência com que algumas palavras-chave se apresentam ao longo dos 35 parágrafos que compõem o documento. *Mudança* aparece seis vezes, à igualdade da palavra *crise*. *Superação*, quatro vezes. Porém, com quase o dobro da frequência dessas, as palavras *crescimento* ou *crescer* apresentam-se 11 vezes ao longo do texto. *Estabilidade* e *inflação*, apenas três vezes cada uma.

O norte político do texto encontra-se no termo *mudança*, construído a partir do descolamento em relação à política econômica da administração Fernando Henrique Cardoso – sobre a qual recaem críticas elegantes. O crescimento econômico apenas seria possível de ser alcançado com a superação do modelo anterior que se encerrava. A título de ilustração:

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. Há em nosso país uma poderosa vontade popular de encerrar o atual ciclo econômico e político. Se em algum momento, ao longo dos anos 90, o atual modelo conseguiu despertar esperanças de progresso econômico e social, hoje a decepção com os seus resultados é enorme. Oito anos depois, o povo brasileiro faz o balanço e verifica que as promessas fundamentais foram descumpridas e as esperanças frustradas (LULA DA SILVA, 2002, § 1^o-2^o).

Sendo assim, observa-se a ideia de mudança como o núcleo do argumento contido até o nono parágrafo da *Carta*. No restante do documento são apresentadas as origens da crise de confiança pré-eleitoral de 2002 em relação à economia (do ponto de vista da candidatura Lula), bem como a solução para o problema: o crescimento econômico a ser alcançado. Contudo, destoando do vocabulário desenvolvimentista – hegemônico no interior de nossa tradição heterodoxa (BIELSCHOWSKY, 1988) –, a *Carta* aponta como saída para o incremento econômico brasileiro a competitividade.

O atual governo estabeleceu um equilíbrio fiscal precário no país, criando dificuldades para a retomada do crescimento. Com a política de sobrevalorização artificial de nossa moeda no primeiro mandato e com a ausência de políticas industriais de estímulo a capacidade produtiva, o governo não trabalhou como podia para aumentar a competitividade da economia.

Exemplo maior foi o fracasso na construção e aprovação de uma reforma tributária que banisse o caráter regressivo e cumulativo dos impostos, fardo insuportável para o setor produtivo e para a exportação brasileira.

A questão de fundo é que, para nós, o equilíbrio fiscal não é um fim, mas um meio. Queremos equilíbrio fiscal para crescer e não apenas para prestar contas aos nossos credores.

Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário⁷ para impedir que a dívida interna destrua a confiança na capacidade do governo de honrar com os seus compromissos (LULA DA SILVA, 2002, § 28^o-31^o).

Do exame da *Carta* extrai-se, em boa medida, o receituário empreendido pelo governo Lula ao longo dos seus primeiros anos: a busca pelo crescimento econômico seria apoiada em uma forte política macroeconômica de caráter ortodoxo, porém com inovadores mecanismos de inclusão social. Entretanto a interpretação de que o primeiro mandato de Lula assemelhar-se-ia à administração de Fernando Henrique Cardoso no que respeita à política econômica exige ponderações. Um dos pontos diferenciais entre as duas gestões (Palocci e Malan) situar-se-ia no que toca à atenção despendida para as reformas de caráter microeconômico durante o governo Lula.

Tornou-se comum ler que a política econômica do primeiro mandato do presidente Lula foi idêntica à do governo Cardoso. É verdade que o governo Lula reconheceu a importância de manter os consideráveis avanços obtidos durante o governo de seu antecessor, mas a política implantada pelo ministro Palocci apresentou pelo menos três aspectos inovadores: a perseguição de um ajuste fiscal de longo prazo, o foco em medidas microeconômicas para melhorar o ambiente de negócios e a inclusão social, e a visão da política social como parte essencial da estratégia de desenvolvimento.

[...] O mérito de Palocci no Ministério da Fazenda foi não deixar de perseguir ações na área social e medidas econômicas com impacto a longo prazo, apesar de ter iniciado seu mandato num ambiente de inflação e risco-país altos, o que exigiu um forte aperto monetário e fiscal (SCHEINKMAN, José Alexandre apud PALOCCI FILHO, 2007, p. 8).

⁷ Cabe a citação onde o ex-ministro, em seu livro de memórias, relata o seu diálogo com membros do mercado e da mídia para coletar informações e impressões sobre o documento (*Carta*) que seria lançado. Nesse caso, a polêmica gerada em torno do superávit a ser adotado pelo possível governo Lula era peça central nas discussões sobre a *Carta*: “Era voz corrente que, para acalmar os ânimos do mercado, qualquer compromisso a ser assumido pelos candidatos deveria, necessariamente, fazer uma referência direta a um superávit de pelo menos 4% do PIB. Lula, porém, era avesso à ideia de se comprometer com números antes da hora. Fui encarregado de buscar uma saída para o impasse entre essas duas posições. Preparei algumas propostas alternativas e comecei a dialogar sobre o assunto com diversos empresários e formadores de opinião, entre os quais alguns proprietários de empresas de comunicação. Um deles foi João Roberto Marinho, das Organizações Globo, a quem eu fora apresentado semanas antes. [...] Expliquei a ele que dificilmente Lula aceitaria falar em números. E que seria mais prudente termos um firme compromisso, mas deixar a questão do percentual exato do superávit para mais tarde. Aos poucos, fomos aperfeiçoando uma minuta que começava a ganhar feição de manifesto. A princípio, parecia uma boa carta de intenções, mas sem se comprometer com números. ‘Vamos preservar o superávit primário o quanto for necessário para impedir que a dívida interna aumente e destrua a confiança na capacidade do governo de honrar seus compromissos’, apregoava o documento. Li o trecho para João Roberto. – O que você acha? – perguntei. – Um número forte poderia ser melhor – respondeu. – Mas se há dificuldade para isso, o texto está bom. Acho que dá conta” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 31-32).

Retorna-se à *Carta* para a demonstração de seu *core*: em mais um evidente movimento pendular, exsurge a (tentativa de) conciliação de uma política pluriclassista com rigorismo fiscal. No que respeita à primeira, notem-se as seguintes passagens:

Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país [...] [O “novo modelo”] não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade (LULA DA SILVA, 2002, § 7º e 10º).

Em relação ao segundo (preocupação fiscal), conheceu complemento no restante do texto de forma mais bem definida e enfática, no sentido mais próximo ao receituário ortodoxo: (1) redução sustentada da taxa de juros; (2) importância do controle da inflação; (3) equilíbrio fiscal; e (4) preservação do superávit primário.

No próximo subitem, examinar-se-á o discurso de posse do ex-ministro Antônio Palocci no momento da transmissão do cargo, no dia dois de janeiro de 2003. O abrandamento do discurso petista – como uma nítida cisão com as bandeiras econômicas historicamente defendidas pelo partido – encontraria eco no pronunciamento do ex-ministro Palocci, deixando de ser linguagem de campanha e consolidando-se como linguagem de governo.

5 O DISCURSO DE POSSE DE ANTÔNIO PALOCCI NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

De primeiro, cabe ressaltar a natureza do documento. Por se tratar do discurso de transmissão do cargo de ministro da Fazenda logo após a posse de Lula, em janeiro de 2003, a linguagem de Palocci adota um sinal político travestido de analítico. Assim, ao fazer um balanço da história recente da política econômica nacional, o novo ministro apresenta os pontos sensíveis a serem abordados por sua futura gestão pelo contraste com o passado.

Enfrentamos hoje um momento de grande desafio. Temos a responsabilidade de um compromisso com um país mais justo e com melhores oportunidades de crescimento, emprego e, sobretudo, de melhores perspectivas para as novas gerações depois de décadas de estagnação da renda per-capita e da nossa secular má

distribuição de renda. Retomar o crescimento econômico, simultaneamente a uma melhoria da distribuição de renda, eis o desafio do novo governo e o compromisso do Presidente Lula (PALOCCI FILHO, 2003, § 3º).

A problemática a respeito da eficiência do gasto público também se apresenta de maneira comparativa com o passado, conforme observado nos parágrafos 5º e 6º. Outra característica relevante do texto é a concordância entre o pronunciamento de posse e o teor da *Carta ao Povo Brasileiro*, especialmente no que tange à retomada do crescimento⁸ econômico. Aqui, igualmente, é muito evidente o esforço de conciliação das duas de nossas mais fortes linguagens econômicas – a desenvolvimentista e a ortodoxa. Ao longo dos 39 parágrafos que compõem o documento, a vinculação entre crescimento econômico e a busca da estabilidade fiscal e monetária é algo recorrente⁹.

Por conseguinte, a palavra *crescimento* aparece ao todo 15 vezes ao longo do texto; *responsabilidade*, 11 vezes; *estabilidade*, sete vezes; e *inflação*, seis vezes. Segue a citação que exemplifica essa construção argumentativa peculiar, que intersecciona a busca pelo crescimento econômico com a estabilidade e a responsabilidade financeira:

A boa gestão da coisa pública requer *responsabilidade* fiscal e *estabilidade* econômica. O governo que ontem se encerrou tem méritos nesse tema, o que não nos constrange reconhecer. Porém, este não é um patrimônio exclusivo seu, assim como não o será na nossa administração. Qualquer programa econômico que busca sustentabilidade deve ter os pilares da *responsabilidade* e da *estabilidade* como base essencial de sustentação. Reassumimos aqui o que temos dito ao longo dos últimos seis meses desde que o

⁸ Cabe fazer uma ressalva terminológica. O signo *crescimento* caracteriza-se pela sua hibridez no que toca aos objetivos do presente estudo. Explica-se: ambos os campos, liberal e desenvolvimentista, utilizam-se largamente dele. Para o primeiro, o crescimento econômico seria alcançado pela estabilidade e competitividade econômicas advindas da livre movimentação das forças de mercado; para os teóricos desenvolvimentistas, através do planejamento e do fomento estatal de setores estratégicos da economia. Assim sendo, interpretar-se-á *crescimento* como um termo híbrido, comum aos dois campos linguísticos aqui examinados e reivindicador de qualificações.

⁹ A respeito dos conflitos internos ao partido, tendo como tema a *necessidade conjuntural* das medidas ortodoxas do primeiro governo Lula, Palocci relata uma conversa que teve com o assessor especial do presidente, Marco Aurélio Garcia, que era crítico da política econômica levada em frente durante o período: “Nessa conversa, ele [Marco Aurélio Garcia] falou sobre isso e pontificou que o problema não era só a política implementada, mas o fato de nossa equipe defender estas políticas como meritórias em si, e não como uma exigência transitória determinada pelo quadro econômico grave que havíamos herdado do governo anterior. Era uma abordagem válida, mas preferi sempre apresentar as políticas como sendo necessárias, inclusive no longo prazo. *O fato é que realmente penso assim*. No caso do esforço fiscal, por exemplo, muitos acreditam que se o superávit fosse menor, os programas sociais seriam melhores. Penso exatamente o contrário. Se relaxarmos o esforço fiscal, em um futuro não muito distante seremos obrigados a cortar drasticamente os programas sociais porque esse comportamento levará a uma crise do endividamento. Se ao contrário, mantivermos um esforço fiscal de boa qualidade, os programas sociais vão obter maior espaço em função da própria melhoria do quadro geral do crescimento econômico decorrente. É claro, que o ideal é que não tivéssemos dívida e o superávit sequer fosse necessário. Infelizmente, não é esta a situação atual do Brasil.” (PALOCCI FILHO, 2007, p. 90 – grifos nossos).

Presidente Lula lançou a “Carta ao Povo Brasileiro”: vamos preservar a responsabilidade fiscal, o controle da inflação e o câmbio livre. *Não iremos reinventar princípios básicos de política econômica*. Temos, de fato, um projeto muito mais ambicioso: reinventar o estado brasileiro e sua inserção na nossa sociedade. Preparar o país para um novo momento. Não mais uma sociedade que vive a reboque da política econômica de curto prazo, com recorrentes momentos de instabilidade, mas um estado a serviço da inclusão social e das condições necessárias à retomada do *crescimento sustentável*. Nossos problemas não são de gestão econômica de curto prazo, mas sim políticos e resultam na *perversa inserção do estado na nossa sociedade*; estado esse que apresenta profundos problemas de gestão e de planejamento estratégico (PALOCCI FILHO, 2003, § 14^o-15^o – grifos nossos).

No final da passagem, com o seu diagnóstico, Palocci aproxima-se dos postulados que homenageiam a tradição liberal brasileira (em especial, às reflexões de Eugênio Gudin e de Roberto Campos): as deficiências da economia brasileira adviriam da promiscuidade entre Estado e sociedade, decorrentes dos problemas de gestão (intervencionismo) e planejamento (HAYEK, 1984). Interpretada analogicamente a um paciente enfermo, a economia brasileira necessitaria de cuidados.

As crises externas têm abalado em diversos momentos a nossa economia. Como os vírus e as bactérias, atacam nosso organismo. Adoecer ou não depende das condições do corpo humano. Se ele estiver saudável e for preparado, inclusive com cuidadosas vacinas, vai resistir aos choques externos, aos vírus e bactérias e seguirá saudável. No caso da política econômica, preparar o organismo significa um orçamento público saudável e ajustado às suas obrigações previstas. A criação de regras estáveis e claras de gestão da política econômica são a contrapartida na administração da coisa pública das prescrições médicas de exercícios moderados e boa alimentação que viabiliza uma vida mais longa e saudável aos nossos pacientes (PALOCCI FILHO, 2003, § 23^o-24^o).

Dessa forma, o texto apresenta a estabilidade (fiscal e monetária) como fiadora da retomada do crescimento econômico. Um espaço também relevante é destinado a questões de cunho social, como o flagelo da desigualdade e a busca pela justiça social. Reparando-se os fins deste estudo, não se confundirão argumentos desenvolvimentistas com justiça social: dessa maneira, a interpretação utilizada para tal classificação encontra-se nas tipificações acerca do desenvolvimentismo brasileiro, elaboradas por Bielschowsky (1988). Conforme essas, a preocupação principal do desenvolvimentismo brasileiro seria, por óbvio, o desenvolvimento econômico. A redução da desigualdade social viria a reboque do crescimento da economia (única garantia do rompimento com os grilhões do subdesenvolvimento).

Em conclusão, à igualdade da *Carta*, o que se observa como predominante no discurso de posse de Palocci no Ministério da Fazenda é a tentativa de conciliação – repetindo-se a imagem do pêndulo – de signos liberais e desenvolvimentistas, constituindo-se essa operação linguística como uma ação de corte político.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo, discorreu-se sobre a formação do Partido dos Trabalhadores a partir da contextualização histórica. Foram destacadas, igualmente, algumas de suas metamorfoses ao longo de sua vida política, com ênfase no momento de sua ascensão à Presidência da República, em 2002/2003. As transformações econômicas e sociais das décadas de 1970 e 1980 foram notadamente marcantes para o partido em seus momentos iniciais. Tão importante quanto a conjuntura do período, o desenvolvimento do novo sindicalismo e a sua atuação política – especialmente durante as greves de 1978 e 1979 – foram definidores importantes para a caracterização do Partido dos Trabalhadores. Tendo em Lula o seu líder mais destacado, os sindicalistas aliaram-se a grupos sociais reivindicativos diferenciados. Articulando-se em torno de uma pauta que ia além do puro trabalhismo, essa sinergia de forças questionadoras daria luz ao PT em fevereiro de 1980.

Fazendo eco a estudos de outros analistas do partido (KECK, 1991; MENEGUELLO, 1989; RIBEIRO, 2010), concorda-se que, em suas origens, o Partido dos Trabalhadores poderia ser classificado – respeitadas as devidas proporções – como um “partido de massas” duvergerniano (DUVERGER, 1970). Contudo sustenta-se a posição de que, pouco a pouco, ao ser colocado diante dos desafios do jogo político competitivo de nossa democracia recente, o PT foi transmutando-se para um *partido profissional eleitoral*, segundo as descrições empreendidas por Panebianco (1990). Fato é que, ao longo dos anos e a partir da experiência administrativa e legislativa, aos poucos a face pública do partido foi ganhando cada vez mais espaço e peso nas arenas decisórias internas à agremiação.

Passo a passo com esse movimento de parlamentarização da elite dirigente, observa-se o robustecimento da tendência interna moderada, chamada de Campo Majoritário. Todavia recusa-se a ideia vulgar da degeneração do PT ao longo dos anos



(vinculada à perspectiva da decadência dos modelos ideais duvergernianos). A essa afirmação de caráter normativo contrapõe-se uma observação que se pretende mais analítico-descritiva: após a redemocratização, os partidos políticos brasileiros – incluído o dos Trabalhadores – passaram a organizar-se internamente a partir de uma racionalidade alinhada ao seu *habitat* político, definido *in primis* pela competição eleitoral (SCHUMPETER, 1961; DOWNS, 1973).

No entanto, ao se observar a dinâmica interna do PT nos anos subsequentes à abertura política e econômica – período do encastelamento do Campo Majoritário na direção do partido –, não parece ser descabida a afirmação de que o progressivo abrandamento de sua locução sobre os temas referentes à política econômica conforma mais elementos de continuidade em um longo processo – em que o mercado (enquanto signo) foi incorporado à linguagem do partido – do que assinala uma ruptura abrupta. A *retórica da ruptura* (BARBOSA, 2015) diz respeito a essa morfose de um Partido dos Trabalhadores que passa a ser governo em 2003, operando, também, de forma sincrônica com signos do mercado. Tanto na *Carta* (linguagem de campanha) quanto no *Discurso* (linguagem de governo) veem-se elementos típicos de uma dicção que incorpora os traços marcantes tanto do realismo quanto do pragmatismo.

Nesse encontro do PT com o mercado, coube ao ex-ministro da Fazenda Antônio Palocci *fazer as apresentações*. Contudo, consoante abordado, o partido experimentava nos anos 2002/2003 – agora de modo mais explícito – o arrefecimento de posições tradicionalmente defendidas desde a sua fundação. *Grosso modo*, o mercado passou a não ser mais negado pelo PT a partir da vitória dos moderados no 10º Encontro Nacional, em 1995. O Campo Majoritário (grupo de Lula, Dirceu e Palocci, entre outros) teve um papel central nesse direcionamento assumido pela agremiação. Por fim, impossível desconhecer a complexidade do relacionamento entre as palavras e as coisas: conexões (possíveis, prováveis ou necessárias) entre a assunção do mercado no plano do discurso *vis-à-vis* à incorporação da racionalidade ótima da lógica eleitoral competitiva como estratégias partidárias devem ser temas de outras pesquisas.

REFERÊNCIAS

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.



AMARAL, Oswaldo E. **A estrela não é mais vermelha**: as mudanças do programa petista nos anos 90. São Paulo: Editora Garçonni, 2003.

BARBOSA, Luis Guilherme Camfield. **Antônio Palocci e a retórica da ruptura**: o mercado na linguagem do Partido dos Trabalhadores. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro**: o ciclo ideológico do Desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1988.

COUTO, Cláudio Gonçalves. **O desafio de ser governo**: o PT na prefeitura de São Paulo. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

DOWNS, Anthony. **Teoría económica de la democracia**. Trad. Luís Adolfo Martin Merino. Madrid: Aguillar Ediciones, 1973.

DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1970.

HAYEK, Friedrich Auguste. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1984.

KECK, Margaret. **A lógica da diferença**: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira. São Paulo: Ática, 1991.

LAMOUNIER, Bolívar. Apontamentos sobre a questão democrática. In: ROUQUIÉ, Alain; LAMOUNIER, Bolívar; SCHVARZER, Jorge (Orgs.). **Como renascem as democracias**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 104-140.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática**: o caso brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os economistas no governo**: gestão econômica e democracia. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LULA DA SILVA, Luís Inácio. **Carta ao Povo Brasileiro**. 2002. Disponível em: <http://www.fpabramo.org>. Acesso em: 1º mar. 2015.

MENEGUELLO, Rachel. **PT**. A formação de um partido (1979-1982). São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MICHELS, Robert. **Sociologia dos partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

PALOCCHI FILHO, Antônio. **Transcrição do discurso de posse**. 2 jan. 2003. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2015.

PALOCCI FILHO, Antônio. **Sobre formigas e cigarras**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

PANEBIANCO, Angelo. **Modelos de partido**: organización y poder en los partidos políticos. Madri: Alianza Editorial, 1990.

RIBEIRO, Pedro Floriano. **Dos sindicatos ao governo**: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. São Carlos: Edufscar, 2010.

SCHUMPETER, J. Alois. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Trad. Japy Freire. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1961. Parte IV (Capítulos 20, 21, 22 e 23).

SIMONSEN, Roberto; GUDIN, Eugênio. **A controvérsia do planejamento na economia brasileira**. 3. ed. Brasília: IPEA, 2010.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo (1964-1985). 4. ed. Trad. Mário Salviano Silva. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. **Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

NOTAS

ANTÔNIO PALOCCI E O PÊNDULO DO PARTIDO DOS TRABALHADORES:

Entre a política e o mercado

Luis Guilherme Camfield Barbosa

Doutorando em Ciência Política

Universidade Beira Interior, Departamento de Ciência Política, Covilhã, Portugal

luis.pol_camfield@yahoo.com

 <https://orcid.org/0000-0003-0080-6816>

Reginaldo Teixeira Perez

Doutor em Ciência Política

Universidade Federal de Santa Maria, Departamento de Ciências Sociais, Santa Maria, Brasil

rtp10@hotmail.com

 <https://orcid.org/0000-0001-5131-6433>

Endereço de correspondência do principal autor

Não se aplica.

FINANCIAMENTO

Não se aplica.

CONFLITO DE INTERESSES

Não se aplica.

LICENÇA DE USO

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.



PUBLISHER

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

HISTÓRICO

Recebido em: 30 de janeiro de 2017

Aprovado em: 26 de junho de 2019

